

O GLOBO

Governo quer financiar energia solar para reduzir conta de luz

Apesar de faltarem apenas três meses para fim do mandato de Temer, ministro Moreira Franco pretende realizar leilões de termelétricas a gás ainda este ano

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Com o brasileiro pagando contas de luz mais caras desde junho com a bandeira tarifária vermelha acionada para compensar os custos do acionamento de termelétricas e a expectativa de industriais de manutenção de tarifas altas pelo menos no horizonte de um ano, o governo tem pouca margem de manobra para amenizar o peso da energia no bolso das famílias e no caixa das empresas. As alternativas com efeito no curto prazo são limitadas. Ainda assim, a menos de três meses para a saída de Michel Temer, o governo estuda medidas para reduzir a dependência do país de hidrelétricas e, ao mesmo tempo, reduzir o custo da energia.

O governo planeja um novo programa de financiamento dos bancos públicos para a compra de painéis de geração de energia solar, o que tende a beneficiar apenas famílias de renda mais alta. O governo também quer mexer nos subsídios que, junto com os impostos, representam cerca de 50% das contas, o que teria um efeito mais amplo para os consumidores. Mas isso demanda negociações mais complexas e demoradas.

Outras duas propostas em estudo são a realização de leilões para substituir termelétricas a diesel por gás natural, mais baratas, e a revisão do contrato da usina Itaipu. Ambas só terão desdobramentos a partir de 2023.



DANIEL MARENCO/3/9/2018

Peso no bolso. Indústria não espera redução da conta de energia no curto prazo, mas governo diz que há tempo

ESPECIALISTAS SÃO CÉTICOS

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, disse ao GLOBO que pretende, pelo menos, levantar a questão sobre a necessidade de eliminar subsídios que pesam na conta de luz. Apesar do calendário apertado, os leilões de termelétricas a gás podem ser realizados ainda em 2018, ele diz.

Moreira também quer começar as negociações sobre a revisão do acordo de Itaipu com o Paraguai, cujo novo governo já procurou o Brasil para conversar. O país vizinho é obrigado a vender o excedente de sua parte na geração da usina para o Brasil até 2023. Depois dessa data, ficará livre para vender no mercado livre (no qual comprador e vendedor negociam o custo da ener-

gia). O Brasil é, de longe, o mercado mais atraente, o que abre espaço para a negociação de novas condições.

— Existem programas de assistência regional no Paraná e no Paraguai que foram negociados durante a construção da usina. Tudo isso pesa na conta e precisa ser revisto — diz o ministro.

Especialistas veem com ressalvas as iniciativas do governo. Para o professor de Economia da UFRJ, Nivalde José de Castro, é preciso ter cuidado com a criação de programas de financiamento para incentivar a geração domiciliar solar. Eles tendem a beneficiar quem não precisa. Um kit para atender o consumo de uma residência custa em torno de R\$ 10 mil.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, esse tipo de programa é insustentável se forem mantidas as regras atuais de compensação. Quem gera energia solar pode abater integralmente os valores na conta, deixando o peso dos subsídios para os demais consumidores. Para os dois especialistas, a revisão do contrato de Itaipu pode ser uma oportunidade para reduzir as tarifas, mas num prazo mais longo.